Sumário

Prefácio	9		
1. Introdução	.13		
2. Generalidades sobre os Direitos Fundamentais da Criança			
e do Adolescente	.17		
2.1 Dos Direitos Fundamentais de Crianças e Adolescentes	17		
2.2 Da Especialidade dos Direitos Fundamentais sob o Aspecto Qualitativo: A Conformação Estrutural Especial desses Direitos	22		
2.3 Do Dever Fundamental da Família, da Sociedade e do Estado			
2.4 Considerações Iniciais sobre a Política de Atendimento			
2.4.1 Das linhas de Ação da Política de Atendimento			
2.4.2 Das Diretrizes da Política de Atendimento			
2.4.3 Definição e Função do Sistema de Garantia			
2.4.4 Instrumentos Normativos do Sistema de Garantia			
3. Eixos do Sistema de Garantia	.51		
3.1 Eixo de Defesa			
3.2 Eixo de Promoção			
3.3 Eixo de Controle			
4. Inter-relações entre o sistema de garantia e a tutela coletiva dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes.	.71		
4.1 Considerações Preliminares	71		
4.2 A Ação Civil Pública como Instrumento de Defesa dos Direitos Fundamentais e de Efetivação do Sistema de Garantia dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes	.73		
4.2.1 Denominação de Ação Civil Pública e Interesses			
Tutelados pela Lei da Ação Civil Pública	73		
4.2.1.1 Dos entes legitimados	75		



4.3	Ação o	le Improbidade Administrativa7	8
	4.3.1	Ação de Improbidade Administrativa	8
	4.3.2	Noções Gerais sobre a Improbidade Administrativa	9
	4.3.3	Da Classificação dos Atos de Improbidade – Ofensa Direta e Indireta (reflexa) aos Direitos de Crianças e Adolescentes 8	2
	4.3.4	Da Ofensa Direta à Administração Pública e aos Direitos de Crianças e Adolescentes	3
4.4	Ação P	opular9	0
	4.4.1	Noções Gerais do Instituto9	0
	4.4.2	Existência de uma Ação Popular para Defesa mais próxima dos Interesses de Crianças e Adolescentes	4
4.5	Do M	andado de Segurança Individual e Coletivo9	6
	4.5.1	Considerações Iniciais9	6
	4.5.2	Aspectos Históricos do Mandado de Segurança9	7
	4.5.3	Hipóteses de Cabimento do Mandado de Segurança9	8
	4.5.4	Competência para o Processamento e Julgamento do Mandado de Segurança	9
	4.5.5	Da Legitimação para a Propositura do Mandado de Segurança Individual	0
	4.5.6	Da Legitimação Passiva	1
	4.5.7	Do Mandado de Segurança Coletivo	1
5. Con	clusão .		17
Referêi	ncias		9
Anexo.		11	4
RES	SOLUÇ	CÃO Nº 113, DE 19 DE ABRIL DE 200611	4

